



ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETETUBA

**PARECER JURÍDICO PROJUR.**

**REFERÊNCIA:** MINUTA DO EDITAL Pregão Eletrônico para Registro de Preços, do tipo menor preço por Lote.

**INTERESSADO:** Comissão Permanente de Licitação

EMENTA: MINUTA DE EDITAL DE LICITAÇÃO, NA MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO, E ANEXOS, QUE TEM COMO OBJETO REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA REALIZAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS DE BIOQUÍMICA/IMUNOLOGIA/SOROLOGIA E HEMATOLOGIA DE ACORDO COM A SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NESTE TERMO DE REFERÊNCIA

Trata-se de parecer sobre minuta de edital de licitação, na modalidade pregão eletrônico, bem como seus anexos.

**DA ANÁLISE FÁTICA**

A Ilustre Secretária Municipal de Saúde, Sra. Maria Lucilene Ribeiro das Chagas, apresentou solicitação para atender a presente demanda, com as seguintes justificativas:

*Ass. Dir. S. Saúde*



ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETETUBA

*"Aquisição de materiais de (Reagentes) para realização de exames laboratoriais, com equipamentos de comodato, justifica por visar sanar as necessidades na realização de exames da urgência e emergência em regime de 24 horas, essenciais na avaliação, acompanhamento e diagnóstico de diversas patologias como: diabetes, hiperlipidêmicas, anemias, doenças coronárias, nefroticas, etc. Não só dos pacientes internos, como daqueles oriundos do serviço ambulatorial, garantindo atendimento com qualidade e possibilitando um diagnóstico com alto grau de precisão.*

*Aproveita-se ainda para informar que os materiais (reagentes) laboratoriais, para quais se solicita licitação, estão alocados em 02 (dois) lotes, sendo o primeiro lote constituído por reagentes para hioquímica/imunologia/sorologia e o segundo de hematologia. Justifica-se a alocação destes materiais (reagentes) laboratoriais em lotes com equipamentos em comodato, devido a existência de inúmeras marcas de equipamentos e materiais laboratoriais (reagentes), e que a maioria dos equipamentos é fabricada, já com toda uma linha de insumos laboratoriais compatíveis, com intuito de evitar transtornos, com aquisição de diversos equipamentos. Neste contexto, os reagentes estão divididos pelo tipo de reagente alocados em lotes específicos, e também se pede a aquisição do material para realização de exames laboratoriais já com o equipamento compatível em comodato, a fim de resguardar que haja compatibilidade dos materiais laboratoriais e equipamentos, e evitar gastos desnecessários.*

*Alexandre Silva*



ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETETUBA

*Outra vantagem para a Administração, com o lançamento dos materiais (reagentes) laboratoriais em lotes, é evitar que haja itens desertos, o que demandaria o lançamento de novo processo licitatório para os mesmos, considerando que a demanda do laboratório Municipal é grande, e que realiza uma ampla variedade de exames pactuados com o Ministério da Saúde, e que não pode deixar de atender nenhum tipo de exame pactuado.*

*Outra vantagem, para o lançamento por lotes, é a facilitação da execução do contrato, bem como a própria entrega dos mesmos, considerando que só haveria um credor por lote, ao volume de produtos se tornam maior por credor, o que facilita para a logística da empresa, e como consequência a entrega em um prazo menor. Materiais laboratoriais e equipamentos, e evitar gastos desnecessários.*

Desta feita, consta nos autos, ofício nº 001/2020 GABINETE/SESMAB, despacho ao setor de compras, despacho do setor de compras, cotações, mapa comparativo de pedido de cotação, termo de referência com suas justificativas e especificações, despacho ao prefeito, despacho ao setor de compatibilidade, despacho com dotação orçamentária, declaração dão de adequação orçamentária e financeira, despacho de autorização, despacho ao pregoeiro, autuação, portarias, encaminhamento a Assessoria Jurídica com minuta de Edital.

Após, vieram os autos para análise e parecer da minuta do edital e do contrato.

É o relatório.

**DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

*Alexandre S. S.*



ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETETUBA

Inicialmente, cumpre destacar que compete a essa procuradoria, única e exclusivamente, prestar consultoria, sendo este parecer meramente OPINATIVO, sob o prisma estritamente jurídico, não lhe cabendo adentrar em aspectos relativos a conveniência e oportunidade da prática dos atos administrativos, que estão reservados à esfera discricionária do administrador público legalmente competente, tampouco examinar questões de natureza eminentemente técnica, administrativa e/ou financeira, salvo hipóteses teratológicas.

No caso em tela, a análise do presente parecer é restrita aos parâmetros determinados pela Lei nº 8.666/93, pela Lei nº 10.520/02 e Decreto 7.892/13 e 8.250/14.

No mérito, a contratação poderá ser levada a efeito pela modalidade escolhida, ou seja, o Pregão Eletrônico, do tipo menor preço por item, com amparo no Decreto 10.024/19, conforme dispositivos abaixo transcritos, haja vista tratar-se de aquisição de bens e serviços comuns, ou seja “...aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações definidos pelo edital, por meio de especificações usuais do mercado”, vejamos o que dispõe a legislação;

Art. 1º Este Decreto regulamenta a licitação, na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal.

§ 1º A utilização da modalidade de pregão, na forma eletrônica, pelos órgãos da administração pública federal direta, pelas autarquias, pelas fundações e pelos fundos especiais é obrigatória.

*Alexandre Siqueira*



ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETETUBA

§ 2º As empresas públicas, as sociedades de economia mista e suas subsidiárias, nos termos do regulamento interno de que trata o art. 40 da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, poderão adotar, no que couber, as disposições deste Decreto, inclusive o disposto no Capítulo XVII, observados os limites de que trata o art. 29 da referida Lei.

§ 3º Para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns pelos entes federativos, com a utilização de recursos da União decorrentes de transferências voluntárias, tais como convênios e contratos de repasse, a utilização da modalidade de pregão, na forma eletrônica, ou da dispensa eletrônica será obrigatória, exceto nos casos em que a lei ou a regulamentação específica que dispuser sobre a modalidade de transferência discipline de forma diversa as contratações com os recursos do repasse.

Nos demais aspectos, examinada a referida minuta do edital e do contrato nos presentes autos, devidamente rubricadas, bem como documentação presente aos autos, entendemos que guardam regularidade com o disposto nas Leis Federais nº 8666/93, pela Lei nº 10.520/02, Decreto 10.024/19 e pelos Decretos 7.892/13 e 8.250/14, visto que presentes as cláusulas essenciais, sem quaisquer condições que possam tipificar preferências ou discriminações, tendo sido ainda resguardados os princípios da legalidade, moralidade, publicidade, interesse público, e demais aspectos legais.

### CONCLUSÃO

Por todo o exposto opinamos, pela aprovação da minuta do edital e **FAVORAVELMENTE** pela possibilidade de realização do presente processo

*Alexandre Silva*



ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETETUBA

licitatório, tendo em vista a fundamentação fática e legal apresentada ao longo desse parecer.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Abaetetuba (PA), 20 de fevereiro de 2020.

Alexandre Cruz da Silva

ALEXANDRE CRUZ DA SILVA

ADVOGADO

OAB/PA Nº 27.145-A